

Informação sintética sobre educação inclusiva na ESSCVP-Lisboa

Nos últimos anos, a ESSCVP tem sido procurada por alguns estudantes com necessidades educativas especiais, normalmente de baixo nível de necessidades de apoio.

As áreas com maior incidência são a do Curso de Licenciatura em Fisioterapia e do Curso de Licenciatura em Osteopatia. Este último tem de momento um estudante invisual a desenvolver a sua aprendizagem e que nos tem levado a grandes avanços nesta matéria.

Passaremos a responder às questões solicitadas, de modo sintetizado.

1. As práticas e as respostas que desenvolvem de inclusão dos alunos;

Normalmente as práticas mais comuns são a adequação documental, como o aumento do tipo de letra, criação de materiais de apoio à aprendizagem como glossários de sinónimos. O Centro de Documentação está sempre disponível para o apoio ao acesso à informação, nomeadamente na adequação de documentos ou assistência na pesquisa e procura bibliográfica.

2. A existência ou não de uma unidade de apoio ao aluno, particularmente em relação aos que têm necessidades educativas especiais;

Na ESSCVP não temos uma unidade de apoio especializada para este tipo de estudantes. As situações sinalizadas pelas coordenações do curso, são tratadas no contexto do curso de acordo com a especificidade do mesmo, em articulação com os gabinetes e serviços que se entendam úteis para a solução encontrada.

3. A disponibilização ou não de recursos específicos para apoio desses alunos, em termos humanos, de equipamento e de materiais;

A nossa experiência é pouca, mas tivemos dois casos mais complexos com estudantes invisuais. Num dos casos, o apoio visava a criação de avaliações escritas com aumento do tipo de letra, que permitisse ao estudante ler com maior facilidade. O facto de os materiais de apoio ao estudo estarem em formato digital favorecia esta situação. Um outro estudante, com deficiência visual mais marcada, necessitou da adaptação de um computador da escola com leitor de ecrã Jaws, para a realização de atividades avaliativas. Houve por parte dos docentes a criação de materiais de apoio, em formato que facilitasse a leitura por parte do estudante com recurso a leitor de ecrã. Para compreendermos melhor como poderíamos ajudar este estudante, realizámos uma visita de trabalho às instalações da Escola Universitária de Madrid da ONCE, que ministra o curso de fisioterapia para estudantes invisuais. Desta visita tivemos contacto com diversas soluções que foram em parte implementadas. Foi criada a imagem do estudante mentor, em que dois estudantes em regime de voluntariado, davam assessoria ao colega no apoio da explicação das matérias e identificação de necessidades específicas que seriam reportadas à coordenação para desenvolver respostas. Serviam também como recurso para a busca de informação visual no contexto de estágio. Foram adquiridos modelos anatómicos com grande vertente tátil para facilitar a aprendizagem.

No decorrer das soluções, foram criadas parcerias com a Faculdade de Ciências de Lisboa para o desenvolvimento de softwares de identificação postural que facilitassem o processo de aquisição de informação para o aluno poder, em contexto de tomada de decisão, proceder à sua realização de modo mais autónomo. Este processo encontra-se em desenvolvimento.

4. As dificuldades e as necessidades sentidas na educação inclusiva;

A maior dificuldade, pela nossa experiência, é definir quais as atividades que determinado estudante não poderá de todo cumprir. Porque com acesso a tecnologia de apoio, poderá ter um desempenho que seja adequado à obtenção de um título. Outra dificuldade prende-se na adequação da ajuda prestada ao estudante e a substituição, por essa ajuda, da competência a ser avaliada. Isto é, de que modo a ajuda que o estudante necessita para desenvolver determinada tarefa ou componente do seu percurso académico, não substitui em parte a competência que ele deveria de demonstrar e, deste modo, não dar garantia de que os estudantes detêm a competência para poder a desenvolver em contexto de trabalho.

5. Os desafios;

Pensamos que os desafios estão um pouco ligados às dificuldades. No âmbito dos cursos de saúde, cujo foco é o apoio a pessoas com incapacidades criadas por diferentes origens, o estudante com necessidades educativas especiais necessita de ser analisado no contexto do seu direito de acesso ao ensino, e das competências que necessita de comprovar de modo que garantam a sua profissão em segurança do utente e do próprio. O caminho mais fácil é afirmar que é impossível existirem profissionais de saúde com necessidades educacionais especiais, como por exemplo no caso dos estudantes invisuais. No entanto a evolução tecnológica e os sistemas de apoio à decisão clínica são oportunidades de desenvolvimento de ajudas que, não retirando as características inerentes ao desenvolvimento profissional autónomo, podem ajudar estes estudantes a se concretizarem em profissionais de saúde. Um outro desafio é criar as condições para que os estudantes com necessidades educativas especiais procurem os cursos porque, em muitos casos, as suas necessidades não colidem com as competências a adquirir e, com a adequação necessária, conseguem desenvolver as suas aprendizagens e demonstrar as suas competências que garantem um trabalho autónomo e eficaz.

6. O apoio aos alunos em termos de inserção no mercado de trabalho;

No caso concreto da ESSCVP, os estudantes com necessidades educacionais ligeiras tiveram o apoio normal que existe para qualquer estudante nesta instituição. Não temos ainda experiência da integração de estudantes com necessidades mais complexas.

7. As propostas que considerem pertinentes, nomeadamente em termos legislativos

Teremos dois pontos de reflexão nesta parte. Iremos nos centrar nas situações mais complexas dado que, nos parece, que as situações mais simples permitem que sejam encontradas soluções dentro dos processos normais de ensino-aprendizagem, sem grandes adaptações.

O primeiro visa uma reflexão sobre a posição das IES face a este público-alvo. Normalmente, as IES divulgam as suas ofertas formativas a toda a população. No entanto, esta população-alvo e mais especificamente as pessoas com deficiência, necessitavam que as IES façam um trabalho interno de identificação das barreiras que cada área de deficiência possa oferecer à frequência e conclusão da sua oferta formativa. Esta análise deve ter, em nosso entender, alguns pontos essenciais:

- a) Ser fundamentada por critérios válidos, sempre que possível científicos ou baseados em argumentos práticos que sejam inquestionáveis;
- b) Serem passíveis de reanálise, dadas as evoluções tecnológicas que possam suprir as dificuldades inicialmente levantadas;
- c) Terem por base dois conceitos fundamentais no processo ensino-aprendizagem:
 - a. A noção de ajuda (técnica, por outrem, etc)
 - i. O termo ajuda técnica encontra-se definido e representa uma ajuda tecnológica que pode auxiliar no cumprimento da competência em causa, de modo total ou parcial. O contributo da ajuda técnica deve ser ponderado, dado que a ajuda total poderá retirar a pessoa do ato e, deste modo, ser considerado como a não aquisição da competência. Sendo esse o caso, não deve essa competência constar nas habilitações obtidas;
 - ii. A ajuda por outrem, que pode servir como solução para a obtenção de competências parciais, permite a criação da ideia de assistente, tal como acontece em diferentes profissões (ex. dentista). No entanto este assistente necessita de ter competências a diferentes níveis. Pode ser usado para auxiliar na obtenção de informações necessárias para a criação de uma decisão por parte da pessoa com deficiência no cumprimento da sua profissão, além de poder ajudar em outras tarefas como no auxílio na mobilidade, organização do espaço e demais tarefas não essenciais à competência ou habilitação que a pessoa com deficiência se candidata.
 - iii. Outras ajudas técnicas podem estar associadas a outras dimensões da vida da pessoa com deficiência, com maior ou menor influência no seu desempenho académico e profissional, mas que não são fulcrais na prática da competência ou da habilitação em si, são adjuvantes (ex. cadeira de rodas, cão guia, etc).
 - b. A noção de competência (que descreve a real competência que o indivíduo demonstra, com ou sem a ajuda necessária), que caracteriza a habilitação obtida;
 - c. A possibilidade de obtenção de competências parciais, por motivo de incapacidade de a executar na totalidade (i.e., necessitando de qualquer dos tipos de ajuda identificados como passíveis de auxiliar no processo ensino-aprendizagem).

A realização desta análise pelas IES, permitirá que esta informação seja divulgada às pessoas com deficiência para estas, com conhecimento das mesmas, possam optar pela formação que

mais adequada possa ser, no momento, ao seu tipo e nível de deficiência. Não obstante a liberdade que a pessoa com deficiência deve de gozar, em pleno direito, de decidir contrariamente a este trabalho, e propor-se à frequência de cursos que não sejam tão favoráveis. No entanto carece que esta decisão seja o mais bem informada sobre as dificuldades que irá encontrar pela frente e para as quais terá de colaborar na obtenção de soluções ou, em última instância, de entender poder se deparar com limites não transponíveis que a conduzam a competências académicas parciais ou à não aquisição das competências necessárias para a habilitação.

Esta posição, terá de ser apoiada com a criação dos certificados de habilitações que discriminem nas competências parciais obtidas, o nível de ajuda necessário para o cumprimento ou execução das mesmas.

O segundo ponto de reflexão, na sequência do anterior e indissociável deste, é a obtenção da cédula que permite o exercício profissional.

No âmbito dos cursos ministrados na ESSCVP-Lisboa, que apenas representam uma magra parcela da oferta formativa nacional, a sua especificidade relacionada com a área da saúde, bem como a vertente profissional inerente ao ensino politécnico, faz com que se equacione a possibilidade, que gostaríamos de ver discutida, se serem emitidas, pela entidade competente, cédulas que contemplem as limitações ou as condicionantes que determinado estudante possa ter na aplicação plena das competências associadas à profissão em causa.

A criação de cédulas com estas características poderá ser a solução de garantir me simultâneo uma formação em condições adequadas para esta população-alvo e o exercício da profissão com plena salvaguarda das garantias associadas a uma prática adequada e segura tanto para o profissional como para o utente (no caso específico das profissões de saúde do universo ESSCVP-Lisboa). Deverá ser igualmente revisto face à implementação de inovações tecnológicas ou outras que permitam a prática em diferentes condições da inicial (por exemplo pela realização de formação especializada para aquisição de competências inicialmente limitadas)

Um exemplo prático desta política encontra-se já na vida comum, no que diz respeito por exemplo à carta de condução. Este documento, identifica a pessoa e indica quais as habilitações que possui, bem como as condicionantes ou limitações que necessita de respeitar para fazer o pleno uso das mesmas. Um modelo semelhante poderia ser adaptado à situação das cédulas profissionais ou outros documentos que necessitem de discriminação destas situações.

Assim sendo, e com o descrito anteriormente, parece existir substrato que leve a criar mecanismos que permitam objetivamente criar as condições de acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior, no reconhecimento do seu direito mas também do seu dever enquanto pessoas que se candidatam a uma profissão e que a devem executar com elevado nível de autonomia e qualidade, com as ajudas necessárias a essa prestação que não sejam substitutas do papel do profissional mas sim que assistam a sua prática profissional consciente.

Necessitam estes mecanismos de clarificação da autonomia das IES para criar os regulamentos que os orientam, e da ligação à legislação que permitirá a sua representatividade nos documentos legais de acesso à prática da profissão.

Por fim, a imagem de assistente pode constituir uma oportunidade de criação de emprego, através de criação de formações de nível 5, que possam ser também uma formação disponível para estudantes com necessidades educativas especiais.